



## **A RETÓRICA DA PRESERVAÇÃO: DE COMO OS DISCURSOS PODEM SER MOBILIZADOS PARA DESTRUIR A NATUREZA**

Lorena Araújo de Oliveira Borges (UFAL/Nelim)

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG/Nelim)

**Resumo:** O presente trabalho tem o objetivo de investigar como os discursos ocidentais hegemônicos de preservação da Natureza reiteram concepções que continuam fundamentando a opressão e a destruição da mesma. Para tanto, analisamos três textos publicados pela revista *The Economist*, em agosto de 2019, que abordam as queimadas e o desmatamento na Amazônia. À luz das propostas teóricas e metodológicas da Ecolinguística para o estudo do discurso (COUTO et al., 2015; STIBBE, 2015; BORGES, 2020; COUTO; FERNANDES, 2020) e dos estudos decoloniais (MIGNOLO, 2003; 2017), buscamos compreender quais são os recursos semióticos mobilizados para escamotear a lógica da colonialidade/modernidade (MIGNOLO, 2017) que estrutura as nossas relações cotidianas. Na análise discursiva foi possível mapear diferentes recursos, como a modalização, o apagamento, dentre outros, que contribuem para o estabelecimento daquilo que chamamos de *retórica da preservação*, uma configuração discursiva que, ao apresentar o cuidado e a preservação da Natureza como uma necessidade imponderável para a sobrevivência daqueles que são considerados humanos, perpetua a opressão e a destruição da Natureza e das múltiplas sensibilidades de mundo (MIGNOLO, 2017) que a habitam.

**Palavras-chave:** Retórica da preservação. Lógica da colonialidade/modernidade. Ecolinguística e Estudos Decoloniais.

**Abstract:** The present paper aims to investigate how the hegemonic Western discourses about Nature preservation reiterate conceptions that continues to legitimate its oppression and destruction. To this end, we analyzed three texts published by The Economist magazine, in August 2019, about forest fires and deforestation in the Amazon. In light of the theoretical and methodological proposals for the ecolinguistic study of discourse (COUTO et al., 2015; STIBBE, 2015; BORGES, 2020; COUTO; FERNANDES, 2020) and of the decolonial studies (MIGNOLO, 2003; 2017), we seek to understand which are the semiotic resources mobilized to conceal the

## ECO-REBEL

logic of coloniality/modernity (MIGNOLO, 2017) that structures our daily relationships. With the discursive analysis, it was possible to map different resources, such as modalization, erasement, among others, that contribute to the establishment of what we can call preservation rhetoric, a discursive configuration that, by presenting the care and preservation of Nature as an imponderable need for the survival of those who are considered human, perpetuates the oppression and destruction of Nature and the multiple sensibilities of the world (MIGNOLO, 2017) that inhabit it.

**Keywords:** Rhetoric of preservation. Logic of coloniality/modernity. Ecolinguistics and Decolonial Studies.

### Introdução

O trabalho apresentado aqui é resultado de algumas reflexões que buscam compreender como os discursos ocidentais hegemônicos de preservação, ao invés de contribuírem para ampliar nossa sensibilidade acerca a Natureza, reiteram concepções que fundamentam a opressão e a destruição da mesma. Para tanto, analisaremos três textos sobre a destruição da Amazônia publicados na revista britânica *The Economist*. A investigação aqui proposta se fundamenta no arcabouço teórico-metodológico da Ecolinguística (COUTO et al., 2015; STIBBE, 2015; BORGES, 2020; COUTO; FERNANDES, 2020) e dos Estudos Decoloniais (MIGNOLO, 2003; 2017), de modo a elucidar como os recursos semióticos são mobilizados para construir aquilo que chamaremos de *retórica da preservação*.

O presente artigo encontra-se dividido em quatro seções. Na primeira, apresentaremos as diferentes perspectivas de estudo do discurso que vêm sendo desenvolvidas pelos estudos Ecolinguísticos. Na segunda seção, apresentaremos a lógica da colonialidade/modernidade, proposta por Mignolo (2017), e como ela representa a Natureza ao longo dos últimos séculos. Na terceira seção, apresentaremos a análise dos textos publicados na revista *The Economist*, destacando os recursos semióticos que são mobilizados para configurar uma *retórica da preservação*. Por fim, apresentaremos a configuração discursiva que subjaz tal retórica.

### Os contornos ecolinguísticos do discurso

Estudar o discurso implica considerarmos como os sentidos são materializados nos textos que circulam, cotidianamente, nas mais diferentes práticas sociais e que efeitos esses textos produzem. Esse estudo pode ser feito de diferentes maneiras, a depender da vertente da análise do

## ECO-REBEL

discurso que é mobilizada pelo/a pesquisador/a. Frequentemente, essas investigações envolvem questões como os aspectos sociais e ideológicos que impregnam as palavras (FERNANDES, 2015), os modos como o poder, a dominância e a iniquidades são ativados, iterados, legitimados ou contestados por meio dos textos (VAN DIJK, 2001), as relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados (BRAIT, 2006), etc. Nos últimos anos, o estudo desses sentidos tem chamado a atenção dos/as ecolinguistas, que buscam contemplar em suas investigações questões que, na percepção deles/as, foram deixadas de lado pelas correntes mais tradicionais da análise discursiva, especialmente aquelas relacionadas à Natureza (STIBBE, 2015; COUTO et al. 2015; BORGES, 2020; COUTO; FERNANDES, 2020). Duas vertentes se destacam nesse contexto: a Ecolinguística Crítica e a Análise de Discurso Ecológica.

A Ecolinguística Crítica (EC) tem sido um campo bastante produtivo dentro da Ecolinguística. Criada com o intuito de elucidar como os sentidos produzidos por diferentes discursos contribuem para a destruição ou para a construção de uma inteligibilidade da vida, o foco dela não recai necessariamente em discursos que abordam o meio ambiente diretamente, mas sobre “[...] o *impacto* que os discursos têm sobre os sistemas que suportam a vida” (STIBBE, 2014, p. 585). Diante dessa perspectiva, os discursos sobre a Natureza podem ser categorizados de três maneiras distintas: destrutivo, ambivalente e benéfico. Os *discursos destrutivos* são aqueles que coadunam com ideologias que atuam em prol da destruição ecológica, caso do discurso do agronegócio ou do discurso político sobre meio ambiente em diversos países. Os *discursos ambivalentes* são aqueles que até têm o objetivo de elucidar problemas ecológicos, mas acabam sendo influenciados por interesses políticos ou comerciais que atuam no sentido contrário, caso, por exemplo, dos discursos *ecologicamente corretos* de muitas empresas. Por fim, temos os *discursos benéficos*, aqueles que apresentam diferentes sensibilidades de mundo, contemplando interações mais saudáveis entre humanos e Natureza.

Vinculada aos Estudos Críticos do Discurso, a EC assume o discurso como “maneiras padronizadas pelas quais grupos específicos da sociedade usam a língua, as imagens e outras formas de representação” (STIBBE, 2015, p. 22). Esse uso implica a seleção de vocabulário, escolhas gramaticais e todos os outros aspectos linguísticos e semióticos que são mobilizados para se contar uma história particular sobre o mundo. Para essa percepção, os discursos possuem um papel relevante nos embates (contra-) hegemônicos que buscam determinar o que deve ou não ser valorizado em nossa sociedade. Isso ocorre porque,

## ECO-REBEL

[q]uando discursos diferentes entram em conflito e discursos particulares são contestados, o que é centralmente contestado é o poder desses sistemas semânticos pré-construídos de gerar visões particulares de mundo que podem ter poder performativo para sustentar ou refazer o mundo à sua imagem, por assim dizer (FAIRCLOUGH, 2003, 130).

A Análise de Discurso Ecológica (ADE), por sua vez, procura analisar os discursos a partir de uma visão ecológica de mundo (VEM), dando atenção aos diferentes sentidos que emergem durante a interação comunicativa (COUTO et al., 2015; COUTO; FERNANDES, 2020) com o intuito de mapear os valores que permeiam o conjunto das relações humanas e como estes valores afetam a vida de cada indivíduo. Busca, assim, elucidar os impactos que os discursos criam na vida, qualquer que seja essa vida, e conclama o/a pesquisador/a a assumir um posicionamento crítico e interventivo em favor da vida e pela mitigação das violências.

Entender o modo como os discursos circulam e se dispersam em sociedade é, acima de tudo, olhar para as diversas perspectivas que emergem em um ecossistema linguístico. Parte-se das interações comunicativas, das relações entre o “eu” e o “outro” enquanto indivíduos de carne e osso. O pesquisador pode, assim, descrever e analisar os elementos presentes na interação e relacioná-los às condições macroscópicas que constituem o ecossistema integral da língua, seus âmbitos natural (físico), mental, social, histórico e cultural (COUTO; NOWOGRODZKI, 2020, p. XX).

A ADE também possui como um de seus fundamentos os princípios da Ecologia Profunda (NAESS, 1973), uma perspectiva que busca dissolver as barreiras entre humano e Natureza, promovendo uma exaltação da vida em primeiro lugar. Para entender o que é vida para a ADE, é necessário ultrapassar os limites daquilo que entendemos como *vivo* nas epistemologias hegemônicas ocidentais. A vida, aqui, não envolve apenas humanos, animais e vegetais, mas tudo aquilo que serve de base para a existência da Natureza, como os ares, as águas, as terras, os ciclos, dentre outros. A Ecologia Profunda, assim, vincula o humano e toda e qualquer a possibilidade de sobrevivência dele à uma coexistência ecumênica com a Natureza.

Amparada nessas perspectivas, a ADE se propõe a realizar um estudo da interação comunicativa e dos discursos que se materializam nela, buscando conectar seres humanos e Natureza, partes pertencentes e formadoras de um mesmo ecossistema. Para tanto, assume um caráter interdisciplinar, abrindo-se para dialogar com outras fundamentações teórico-metodológicas que possam contribuir com a compreensão das dinâmicas de linguagem no ecossistema linguístico. É exatamente essa interdisciplinaridade que nos permite, neste trabalho,

## ECO-REBEL

mobilizar tanto a Ecolinguística Crítica quanto a Análise de Discurso Ecológica para investigar como os discursos ocidentais hegemônicos de preservação da Natureza reiteram concepções que continuam fundamentando a opressão e a destruição da mesma. Para isso, mobilizaremos o aporte analítico disponibilizado pelos estudos críticos do discurso e avançaremos nossa explanação tomando como base os fundamentos da ADE, estabelecendo um diálogo entre estes e as propostas desenhadas pelos Estudos Decoloniais que serão apresentadas na próxima seção.

### A Natureza na lógica da colonialidade/modernidade

A maneira como as vivências da Natureza são pensadas e integradas às vivências humanas varia de acordo com as diferentes sociedades. No seio das sociedades ocidentalizadas, a concepção predominante é caudatária da lógica da colonialidade/modernidade (MIGNOLO, 2017) que se estabeleceu com mais intensidade a partir da expansão marítima, no século XVI. Se antes desse período a Natureza era encarada como uma forma de manifestação divina, logo ela passaria a ser concebida como uma posse humana, um domínio a ser conquistado. Essa percepção que pode ser vislumbrada nos escritos do filósofo britânico Frances Bacon, um dos nomes representativos da *Revolução Científica*<sup>1</sup>, que, no início do século XVII, apontava a Natureza como a prostituta de todos e conclamava as futuras gerações a *domesticá-la, ajustá-la, moldá-la e configurá-la*.

Essa mudança de sentidos acerca da Natureza deu vazão a uma nova concepção sobre o cultivo, a colheita e a renovação da terra. Mas, para além disso, promoveu também uma transformação significativa no conceito medieval de trabalho. “Trabalhar para viver (ou o trabalho vivo, na conceituação de Marx) começou a se transformar em trabalho escravizado e depois assalariado” (MIGNOLO, 2017, p. 7). O ser humano – não qualquer ser humano, mas aquele que era desumanizado e esvaziado de um *self* dentro da nova lógica que se estabelecia –, assim como a Natureza, acabou por ser transformado em uma mercadoria e a vida humana tornou-se algo dispensável.

A Revolução Industrial trouxe novas consequências para essa percepção, reduzindo a Natureza àquilo que conhecemos como *recursos naturais*, ou seja, os elementos que a constituem

---

<sup>1</sup> A Revolução Científica compreende um período que se estende do século XVI ao século XVIII e é marcado pela defesa do *espírito crítico*, de modo que os conhecimentos só poderiam ser considerados *corretos* após serem confirmados pela experiência e razão. Esse espírito crítico deu início ao que conhecemos hoje como *método científico*.

## ECO-REBEL

e que, aos olhos humanos, possuem algum valor agregado (aço, carvão, minérios, etc.). Estes deveriam ser extraídos dela com o intuito de alimentar o maquinário das indústrias. A Natureza, assim, torna-se um

repositório para a realização das metas econômicas dos “mestres” dos materiais. O legado dessa transformação permanece nos dias atuais, em que nossa presunção de que a “natureza” é o fornecedor de “recursos naturais” para a sobrevivência diária: a água como mercadoria engarrafada (MIGNOLO, 2017, p. 7).

A lógica da colonialidade que subjaz essas diferentes percepções sobre a Natureza foram/são completamente positivadas em nossa sociedade a partir daquilo que Mignolo (2017) chama de *retórica da modernidade*. De acordo com ele, essa retórica se apresentou, ao longo dos séculos, por meio de diferentes metáforas – da salvação, do progresso, do desenvolvimento, da modernização e da democracia.

Ao considerarmos os discursos sobre a Natureza hegemônicos nas sociedades ocidentais, precisamos sempre considerar como essa matriz colonial se manifesta através deles, o que implica o (re)conhecimento e a construção de conhecimentos decoloniais. Exatamente por isso estabelecemos, aqui, a relação entre os Estudos Ecolinguísticos e os Estudos Decoloniais, reconhecendo que ambos nos fornecem uma chave interpretativa para apreender diferentes aspectos nos dados semióticos/discursivos que se materializam nos textos analisados.

### ***A preservação que destrói***

Com o intuito de elucidarmos como a lógica da colonialidade/modernidade se manifesta linguisticamente nos discursos hegemônicos sobre a Natureza, selecionamos três textos sobre a Amazônia publicados na edição da revista *The Economist* de primeira semana de agosto de 2019. A seleção desses textos se justifica pelos seguintes aspectos: i) os textos analisados estão situados no contexto das grandes queimadas que devastaram mais de vinte mil hectares de vegetação na Amazônia e no Pantanal e causaram grande comoção mundial por conta da destruição dessa floresta tropical; ii) a publicação em questão é considerada uma das mais influentes do mundo na área econômica, o que nos permite assumir que os textos produzidos por ela veiculam discursos hegemônicos sobre a Natureza que interfere na maneira como empresários, formuladores de política, governos, etc., entendem e respondem às questões ambientais. Os textos analisados

## ECO-REBEL

possuem os seguintes títulos e subtítulos: (T1) *Deathwatch for the Amazon: the threat of runaway deforestation* (capa da edição de 3 de agosto de 2019); (T2) *The Amazon is approaching an irreversible tipping point: the results would be disastrous, for Brazil and for the world*; (T3) *Deathwatch for the Amazon: Brazil has the power to save Earth's greatest forest – or destroy it*. Vejamos, a seguir, alguns dos aspectos linguísticos mobilizados por esses textos que contribuem para a reiteração da lógica da colonialidade/modernidade.

### *A eufemização da destruição*

A eufemização da destruição é um elemento constante nos textos analisados. Para elucidarmos como ela ocorre, apresentaremos, inicialmente, uma análise da representação visual da Natureza na capa da publicação em questão. Para tanto, utilizaremos o aporte teórico-metodológico da Gramática Visual, desenvolvida por Kress e van Leeuwen (2006). De acordo com esses pensadores, os textos visuais, assim como os textos linguísticos, procuram representar o mundo estabelecendo diálogos com diferentes discursos, de modo que a análise das diferentes semioses que aparecem na capa da publicação investigada (Figura 1) nos permite compreender as sensibilidades de mundo com as quais os seus produtores se alinham e como eles fazem isso.

Figura 1. Capa da edição de 3 de agosto de 2019 da revista *The Economist*



Fonte: The Economist<sup>2</sup>

A imagem em questão representa uma Amazônia devastada, absolutamente destruída. Para tanto, utiliza uma estrutura representacional que é descrita, na Gramática Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 87), como conceitual analítica, uma vez que relaciona os participantes representados em termo da estrutura parte-todo. Esse tipo de representação envolve dois tipos de participantes: um Portador (o todo) e um certo número de Atributos (as partes). Quando é possível visualizar na imagem tanto o portador quanto os seus atributos, temos uma imagem *estruturada*.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.economist.com/weeklyedition/2019-08-03>. Último acesso: 10 set. 2021.

## ECO-REBEL

Entretanto, na imagem analisada, o processo é considerado *desestruturado*, uma vez que apenas os atributos do Portador – os tocos das árvores cortadas – aparecem na imagem; o Portador – a floresta Amazônica – só pode ser inferido a partir da interação entre imagem e materialidade linguística – *Vigília pela Amazônia* – na chamada de capa e pelo mapa do Brasil em um dos troncos, o que indica que a Amazônia desmatada sobre a qual eles vão tratar é aquela que se encontra no território brasileiro.

Um elemento importante a ser destacado nessa imagem é a *modalidade*, a capacidade que as imagens têm de representar o mundo de forma mais fidedigna (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006). Na comunicação visual, a modalidade pode ser de quatro tipos: i) naturalística: quando a representação busca se aproximar ao real; ii) abstrata: quando a representação mostra apenas a essência do que retrata, sem muitos detalhes; iii) tecnológica: quando a representação é prática, como a planta baixa de uma casa ou equipamento; iv) sensorial: quando a representação procura causar prazer ou desprazer visual. Na capa analisada, temos a presença da modalidade naturalística, que pode ser analisada a partir de diferentes marcadores, como a cor, a contextualização, a representação, dentre outros.

A cor pode ser considerada em termos de três diferentes escalas: i) a saturação da cor: escala que vai da completa saturação até a ausência de cor (imagens preto e branco); ii) a diferenciação cromática: escala que vai desde uma gama de cores altamente diversificadas até o uso de uma paleta reduzida, chegando às cores monocromáticas; iii) a modulação cromática: escala que vai desde uma cor totalmente modulada, com muito tons, até uma cor lisa, apenas um tom da mesma cor. Em um dos extremos dessas escalas, a cor é reduzida; no outro, ela é totalmente articulada, usada em seu máximo potencial. “A modalidade naturalista aumenta à medida que aumenta a articulação, mas em um determinado ponto ela atinge o seu nível mais alto e a partir daí decresce” (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006, p. 160). Isso significa que máxima saturação, diferenciação e modulação de cor nem sempre significam alta modalidade. Isso acontece porque quando o uso da cor é exagerado, a imagem é percebida como *hiper-real*, o que reduz a sua modalidade. No caso da capa analisada, temos uma imagem com baixa modalidade naturalística quando analisamos as cores. Elas são pouco saturadas, remetendo aos tons pastéis, apresentam baixa diferenciação cromática, com o uso de uma paleta reduzida de cores (azul, bege e marrons) e com baixa modulação cromática, uma vez que temos apenas um tom da mesma cor. Trata-se,

## ECO-REBEL

assim, de uma imagem que pretende fazer uma representação do real, mas a faz de forma fria e irreal.

Essa percepção é reforçada pela análise de outros dois marcadores importantes de modalidade, a *contextualização* e a *representação*. A contextualização se efetiva numa escala que vai desde o fundo do cenário mais detalhado e articulado até a ausência de fundo; numa imagem naturalística, a ausência de um fundo diminui a modalidade. A representação, por sua vez, remete a uma escala que varia entre a máxima representação do detalhe pictórico até ao mínimo, ou seja, à máxima abstração, de modo que quanto mais pormenores forem representados, mais elevada é a modalidade. Na capa analisada, a imagem apresenta baixa modalidade em termos de contextualização e de representação, uma vez que o fundo não é detalhado, ou seja, não há uma floresta sendo representada atrás do desmatamento representado. Aqui, aparentemente, tudo já foi desmatado e não sobra mais nada de floresta. Dessa forma, a capa analisada remete a um contexto que não existe de fato, mas que ela apresenta como passível de existência; um futuro que pode, inclusive, colocar em risco a vida humana, vide a caveira presente na imagem.

A eufemização dos efeitos da destruição da Natureza também pode ser verificada na materialidade linguística que se articula à imagem:

- (1) Deathwatch for the Amazon: the **threat** of runaway deforestation (T1)  
[Vigília pela Amazônia: a **ameaça** do desmatamento descontrolado]

Para a publicação, o desmatamento descontrolado é uma *ameaça* para a Amazônia, que pode colocar em xeque a existência da floresta: algo que está prestes ou na iminência de acontecer, ou seja, que ainda não está aí. Além disso, o texto analisado traz como pressuposto a ideia de que haveria algum tipo de desmatamento que não colocaria a integridade da Amazônia em risco, uma vez que a ameaça estaria apenas no *desmatamento descontrolado*. Essa concepção é reforçada quando a publicação diz o seguinte em T3:

- (2) There are ways to mitigate the biomass loss from logging and ranching, by being careful about **which trees to cut and reforestation afterwards** (T3).  
[Há maneiras de mitigar a perda da biomassa da exploração madeireira e pecuária, tendo cuidado em relação a **quais árvores cortar e reflorestar depois**.]

indicando que há partes da floresta que poderiam ser desmatadas sem colocar *em risco* toda a integridade da Amazônia.

## ECO-REBEL

Outro recurso linguístico que contribui para essa eufeminização dos efeitos da destruição da Natureza é o uso constante da *modalização*. No âmbito da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004), a modalização é uma das categorias da modalidade, um recurso interpessoal mobilizado para expressar a assertividade dos falantes em relação aos enunciados que eles emitem. A modalização aponta a validade de uma proposição<sup>3</sup> em termos de probabilidade – ela ser mais ou menos verdadeira – e de usualidade – frequência com que ela é verdadeira. No caso dos textos analisados, a modalização se materializa, principalmente, por meio de verbos modais – especialmente *would*, *may* e *could* – e validam as proposições em termos de *probabilidade*, como pode ser observado nos excertos (3) e (4).

- (3) As the vast Amazon store of carbon burned and rotted, the world **could** heat up by as much as 0.1°C by 2100 – not a lot, you **may** think, but the preferred target of the Paris climate agreement allows further warming of only 0.5°C or so (T2).  
[Com o vasto estoque de carbono da Amazônia queimado e apodrecido, o mundo **poderia** esquentar em até 0,1°C até 2100 – não muito, você **poderia** pensar, mas o alvo estabelecido pelo acordo climático de Paris permite é um aquecimento de apenas 0.5°C ou algo assim.]
- (4) The Amazon is approaching an irreversible tipping point: the results **would** be disastrous, for Brazil and for the world (T3).  
[A Amazônia está se aproximando de um ponto de virada irreversível: os resultados **seriam** desastrosos, para o Brasil e para o mundo]

De acordo com Halliday (2004), os verbos modais *could* e *may* – ambos podem ser traduzidos como *poderia* – possuem um valor modal baixo, enquanto *would* – *seria* – possui um valor modal mediano. Na língua inglesa, esses verbos são usados como auxiliares do verbo principal e formam um tempo verbal que equivale ou ao nosso condicional ou ao nosso futuro do pretérito. Nos casos de (3) e (4), temos o futuro do pretérito, um tempo verbal que pode ser utilizado para falar sobre um futuro incerto, construindo hipóteses ou fazendo suposições.

### *O apagamento dos responsáveis pela destruição*

---

<sup>3</sup> Para a Linguística Sistêmico-Funcional, quando a língua é utilizada para trocar informações, a oração tem a forma de uma *proposição*. “Uma proposição é algo sobre o que se pode argumentar, seja negando-a, afirmando-a, colocando-a em dúvida etc.” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 105).

## ECO-REBEL

Nos textos analisados, também é recorrente o apagamento dos agentes responsáveis pela destruição da floresta Amazônica<sup>4</sup>. Para analisarmos como esse processo se dá, recorreremos à teoria da representação dos atores sociais de van Leeuwen (1997). De acordo com ele, “as representações incluem ou excluem actores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a que se dirigem” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 180). A exclusão pode ou não deixar vestígios no texto, a depender da intenção do autor, de modo que é necessário estabelecer uma distinção entre a *supressão* completa e a escolha de colocar um ator em *segundo plano*. “No caso da supressão, não há qualquer referência ao(s) actor(es) em questão em qualquer parte do texto. [...] No caso de colocar em segundo plano, a exclusão é menos radical: os actores sociais excluídos podem não ser mencionados em relação a uma dada actividade, mas são mencionados algures no texto, e nós conseguimos inferir com alguma (embora nunca total) certeza quem eles são” (VAN LEEUWEN, 1997. p. 181)

Nos textos analisados, temos dois tipos de supressão que se destacam: as nominalizações e o uso de nomes de processos. De acordo com Halliday (2014), as nominalizações se referem a um “fenômeno em que qualquer elemento ou grupo de elemento, frase ou oração pode funcionar como uma estrutura nominal” (HALLIDAY, 2014, p. 358); de modo geral, a nominalização é uma expressão gramatical que encapsula um processo transformacional complexo. A nominalização que mais chama a atenção nos textos analisados é aquela em torno do léxico *deforestation* [desmatamento], presente nos excertos (5) e (6):

- (5) **Deforestation** accounts for 8% of global greenhouse-gas emissions but attracts only 3% of the aid earmarked for combating climate change (T2).  
[O **desmatamento** representa 8% das emissões globais de gases do efeito estufa, mas atrai apenas 3% da ajuda destinada ao combate às alterações climáticas.]
- (6) On top of global warming are changes that result from **deforestation**, which removes the air-conditioning effect provided by water evaporating from trees’ leaves (T3).  
[Além do aquecimento global, temos as mudanças que resultam do **desmatamento**, que remove o efeito do ar-condicionado fornecido pela água que evapora das folhas das árvores.]

Desmatamento é uma nominalização derivada do processo material transformativo *desmatar*, uma ação que possui um ator (aquele que desmata) e uma meta (aquilo que é desmatado). Ao passar pelo processo de nominalização, os participantes do processo *desmatar* são

---

<sup>4</sup> O único ator social apontado explicitamente nos textos analisados como responsável pela destruição da Amazônia é o Governo Bolsonaro e seus representantes.

## ECO-REBEL

apagados da oração, o que dificulta o reconhecimento deles. Desse modo, torna-se possível apontar o próprio desmatamento como o responsável pelas emissões de gases do efeito estufa (5) ou culpá-lo diretamente pelas mudanças na floresta Amazônica (6) sem precisar mencionar quem são os responsáveis diretamente por essa destruição da Natureza.

Outra forma de supressão que aparece nos textos é o uso de nomes de processo (VAN LEEUWEN, 1997), isto é, de termos que funcionam como nominais ainda que se refiram a atividades realizadas por atores sociais. É exatamente isso o que ocorre em (7).

- (7) Since the 1970s nearly 800,000km<sup>2</sup> of Brazil's original 4m km<sup>2</sup> (1.5m square miles) of Amazon has been lost to **logging, farming, mining, roads, dams and other forms of development.**

[Desde 1970, aproximadamente 800,000km<sup>2</sup> dos 4m km<sup>2</sup> (1.5m milhas quadradas) originais da Amazônia brasileira foram perdidos para a **exploração madeireira, agricultura, mineração, estradas, represas e outras formas de desenvolvimento.**]

Nesse excerto, a publicação aponta que os responsáveis pelo desmatamento seriam a extração de madeira, a agricultura, a mineração, as estradas, as barragens e outras formas de desenvolvimento. Todas essas atividades são realizadas por indivíduos que modificam o mundo material a partir dos processos explorar, cultivar, minerar, construir, de modo que a transformação desses processos em formas nominais possui o mesmo efeito que a nominalização, ou seja, apaga e invisibiliza os participantes desses processos.

A exclusão dos participantes relacionados aos processos de destruição da natureza é complementada pelo processo de inclusão de atores sociais por meio da assimilação coletiva (VAN LEEUWEN, 1997). Essa coletivização é determinada pelo uso de um substantivo plural que denota um grupo de pessoas, exatamente o que podemos verificar em (8), (9) e (10).

- (8) **Humans** have been chipping away at the Amazon rainforest since they settled there well over ten millennia ago. Since the 1970 **they** have done so on an industrial scale.

[Os **humanos** têm destruído a floresta Amazônica desde que se estabeleceram lá, há mais de dez milênios. Desde 1970, **eles** têm feito isso em escala industrial.]

- (9) Now droughts, wildfires and other **human**-induced changes are compounding the damage from chainsaws.

[Agora, secas, incêndios florestais e outras mudanças induzidas pelos **humanos** estão agravando os danos das motosserras.]

## ECO-REBEL

- (10) Ordinary **Brazilians** should press their president to reverse course. They have born blessed with a unique planetary patrimony, whose value is intrinsic and life-sustaining as much as it is commercial.  
[Os **brasileiros** comuns devem pressionar seu presidente para reverter o curso. Eles nasceram abençoados com um patrimônio planetário único, cujo valor intrínseco e sustentável tanto quanto comercial.]

Em (8) e (9), a palavra *humans* [humanos] é mobilizada para indicar os responsáveis pela destruição; em (10), o vocábulo *Brazilians* [brasileiros] indica os responsáveis por evitar a destruição da Amazônia. Esse tipo de inclusão transparece a ideia de que o grupo (*humans* ou *Brazilians*) é homogêneo em atitudes e ideias, ou seja, coloca todos os indivíduos no mesmo barco, como se todos os humanos fossem responsáveis pela destruição (ou pelo cuidado) da Natureza na mesma medida.

### A retórica da preservação (à guisa de conclusão)

A argumentação apresentada pelos textos publicados na revista *The Economist* e analisados aqui é representativa daquilo que Santos (2007) chama de racionalidade indolente, uma racionalidade “preguiçosa, que se considera única, exclusiva, e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo”. Essa racionalidade subjaz aquilo que vamos chamar, inspiradas em Mignolo (2017), de *retórica da preservação*, que, ao nosso ver, integra a lógica da colonialidade/modernidade (MIGNOLO, 2017). A retórica da preservação é uma configuração discursiva que, ao apresentar o cuidado e a preservação da Natureza como uma necessidade imponderável para a sobrevivência daqueles que são considerados humanos, perpetua a opressão e a destruição da Natureza e das múltiplas *sensibilidades de mundo* (MIGNOLO, 2017) que a habitam. Gostaríamos, aqui, de chamar a atenção para as seguintes características dessa retórica:

1. *Todos os humanos são responsáveis pela destruição da Natureza.* A Natureza que ocupa o território latino-americano não era uma entidade intocada pelo humano antes da colonização do território sul-americano, mas resultado também de um *cultivo* por parte dos povos indígenas que a habitavam (CLEMENT et al., 2015; MAEZUMI et al., 2018). Além de desenvolverem técnicas de adubação para enriquecer o solo, de modo a criar uma forma mais sustentável de produção, esses povos plantaram várias das espécies de árvores que hoje são abundantes na região, como o cacau, o açaí e a castanha do Pará. Esse manejo da floresta teve um impacto duradouro na região que

## ECO-REBEL

pode ser mapeado nos dias atuais, moldando os ecossistemas que habitam a Amazônia ou que dependem dela indiretamente. Assim sendo, não são *os humanos* [que] *vêm destruindo a floresta Amazônica desde que se estabeleceram lá, há mais de dez milênios* (8), como aponta a publicação, mas os colonizadores, que nos últimos cinco séculos vêm devastando tudo aquilo de diferentes povos indígenas cultivaram ao longo de milênios.

2. *É impossível responsabilizar um coletivo.* Ao contrário do que os textos analisados apontam, o *desmatamento* não é o responsável pelo aumento do efeito estufa, pelas secas, pelos fogos, pelo aquecimento global. Os responsáveis por esses processos, dentre eles o desmatamento, são os grupos empresariais e políticos – invisibilizados nos textos analisados pelo processo de nominalização – que destroem a floresta Amazônica em busca dos *recursos naturais* que ela possui e dos retornos econômicos e financeiros que essa destruição tem a oferecer a curto prazo. Esses grupos precisam ser nomeados urgentemente. O atual governo brasileiro é um deles? Sim, claro que é, mas colocar toda a culpa pela destruição da floresta Amazônica na conta de Bolsonaro e de seus mecenas invisibiliza o fato de que essa destruição é muito mais antiga e que mudar de governante pode não trazer grandes modificações para a devastação em curso. Há, ainda, outros atores sociais que precisam ser responsabilizados diretamente por esse processo de destruição, como os governantes dos países que mais consomem carne por habitante (Estados Unidos, Austrália e Argentina), dos países que mais importam soja do Brasil (China, Tailândia, Espanha, Turquia, Holanda, dentre outros<sup>5</sup>) e dos países que comprem madeira ilegal do Brasil (Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Itália, Holanda, Portugal e Reino Unido). A supressão desses atores sociais dos textos analisados contribui para a construção da ideia de que basta trocar o governante brasileiro para assegurar a proteção da floresta Amazônica, o que não ocorre de fato.

3. *A Natureza é imortal e está à disposição do nosso imediatismo.* A racionalidade indolente que fundamenta os textos analisados também não leva em consideração que a Natureza possui seus ciclos e que estes devem ser integrados para que haja um convívio ecumênico entre humanos e Natureza. Assim, os discursos hegemônicos que fundamentam os dizeres da *The Economist* desconsideram que as árvores que são desmatadas emitem, durante o processo de decomposição, todo o CO<sub>2</sub> que coletaram ao longo de suas vidas para a atmosfera e que o *reflorestamento* não é capaz de mitigar os efeitos negativos relacionados a esse processo, afinal, levaria décadas para uma árvore reflorestada coletar todo o CO<sub>2</sub> emitido pela sua contraparte

---

<sup>5</sup> Dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, 2020.

(COVEY et al. 2021). Nesse sentido, um discurso que autorize a destruição de qualquer centímetro de floresta em prol da exploração madeireira, da agropecuária ou de qualquer outra *forma de desenvolvimento* (7) torna-se insustentável. O reflorestamento deve ser uma medida imediata, mas sem que sua contraparte seja a *possível* destruição de árvores mais antigas.

4. *Os efeitos da destruição ainda estão por vir.* Para finalizar, é importante destacar que as consequências do desmatamento – seja ele desenfreado ou não – que são apontadas nos textos analisados como algo que enfrentaremos, enquanto humanidade, em um futuro disforme, já se fazem presentes, especialmente para os povos indígenas e as populações ribeirinhas que habitam a floresta e têm suas vivências ameaçadas pela destruição da Natureza. Para os discursos materializados nos textos analisados, as tais consequências fatídicas dessa destruição só parecem ser consideradas fatídicas de fato quando *alcançam* aqueles que são considerados humanos de fato; desconsideram, portanto, outras sensibilidades de mundo que sequer são reconhecidas pelos discursos hegemônicos.

A partir desses quatro aspectos é possível compreender como os discursos hegemônicos sobre a preservação continuam a garantir a perpetuação da destruição da Natureza. Por mais que, ao longo das últimas décadas, estudos de diferentes áreas apontem para a – cada vez mais inevitável – destruição da floresta Amazônica e os efeitos catastróficos que isso causará em nosso planeta, ainda há espaço nos textos que materializam esses discursos para *incertezas* e para a *eufemização* da destruição. Enquanto a interação entre humanos e a Natureza continuar a ser fundamentada na lógica da colonialidade/modernidade, não há qualquer futuro possível para a floresta Amazônica.

### Referências

BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. A natureza da pandemia: uma análise ecolinguística crítica das representações do meio ambiente em textos sobre o coronavírus. *Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem (ECO-REBEL)*, 6(3), 2020. p. 11–36.

BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006.

CLEMENT, Charles; DENEVAN, Willian; HECKENBERGER, Michael; JUNQUEIRA, André Braga; NEVES, Eduardo; TEIXEIRA, Wenceslau; WOODS, William. The domestication of Amazon before European conquest. *Proc. R. Soc. B* 282: 2015.

COUTO, Hildo Honório; COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki; BORGES, Lorena Araújo de Oliveira. *Análise do discurso ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes, 2015.

## ECO-REBEL

COUTO, Elza Kioko Nakayama Nenoki; FERNANDES, Eliane Marquez Ferreira. Análise do discurso ecossistêmica (ADE): teoria e prática. Brasília, 2021. E-book. Disponível em: <http://www.ecoling.unb.br/publicacoes/livros/e-books>. Acesso em: 10 maio 2021.

COUTO, Elza Kioko Nenoki Nakayama; SILVA, Anderson Nowogrodzki. Discurso político: Análise do Discurso Ecossistêmica e Argumentação. OLIVEIRA, Esther Gomes; CORDEIRO, Isabel Cristina; MACHADO, Rosemeri Passos Baltazar Machado; SILVA, Suzete (Orgs.). Discurso e argumentação: tecendo os efeitos de sentido. 1ed. Campinas-SP: Pontes editores, 2020, v. 01, p. 67-86.

COVEY, Kristofer; SOPER, Fiona; PANGALA, Sunitha; BERNARDINO, Angelo; PAGLIARO, Zoe; BASSO, Luana; CASSOL, Henrique; FEARNSIDE, Philip; NAVARRETE, Diego; NOVOA, Sidney; SAWAKUCHI, Henrique; LOVEJOY, Thomas; MARENCO, Jose; PERES, Carlos A.; BAILLIE, Jonathan; BERNASCONI, Paula; CAMARGO, Jose; FREITAS, Carolina; HOFFMAN, Bruce; NARDOTO, Gabriela B.; NOBRE, Ismael; MAYORGA, Juan; MESQUITA, Rita; PAVAN, Silvia; PINTO, Flavia; ROCHA, Flavia; DE ASSIS MELLO, Ricardo; THUAULT, Alice; BAHL, Alexis Anne; ELMORE, Aurora. Carbon and Beyond: The Biogeochemistry of Climate in a Rapidly Changing Amazon. *Front. For. Glob. Change* 4: 618401, 2021. DOI: 10.3389/ffgc.2021.618401

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London, Nova York: Routledge, 2003.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Análise do discurso: reflexões introdutórias. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

HALLIDAY, Michael; MATTHIESSEN, Christian. *Halliday's introduction to functional grammar*. Fourth Edition. Abington/New York: Routledge, 2014.

KRESS, Gunther; VAN LEEUWEN, Theo. *Reading Images: the grammar of visual design*. London/New York: Routledge, 2006.

MAEZUMI, S. Yoshi; ALVES, Daiana; ROBINSON, Mark; DE SOUZA, Jonas Gregorio; LEVIS, Carolina; BARNETT, Robert L.; ALMEIDA DE OLIVEIRA, Edemar; URREGO, Dunia; SCHAAN, Denise; IRIARTE, José. The legacy of 4,500 years of polyculture agroforestry in the eastern Amazon. *Nature Plants*, 4, 540-547, 2018.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, junho/2017.

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement. A summary. *Inquiry*, 16:1, p. 95-100, 1973.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2009.

## **ECO-REBEL**

STIBBE, Arran. Ecolinguistics and erasure: restoring the natural world to consciousness. In: HART, Christopher; CAP, Piotr (Ed.). *Contemporary Critical Discourse Studies*. London/ New York: Bloomsbury Publishing Plc, 2014.

STIBBE, Arran. *Ecolinguistics: language, ecology and the stories we live by*. London: Routledge, 2015.

VAN LEEUWEN, T. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.

Aceito em 04/12/21.

ECOLINGUÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE  
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 7, N. 3, 2021.